

[illegible]

6.1.1 As prestações de contas (relatório de gestão) do ano anterior?		Art. 48, caput, da LC 101/00.	NÃO	Não disponível	2	2%	0,2	0	0%	0
6.1.2 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 12 meses?			NÃO	Faltando último bimestre de 2019	3	3%	0,3	0	0%	0
6.1.3 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 12 meses?			SIM		3	3%	0,3	3	3%	0,3
6.2 O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?		(Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/11)	NÃO	Não disponibiliza em diversos formatos em todas as abas necessárias.	2	2%	0,2	0	0%	0
7. RECURSOS HUMANOS					14	14%	1,4	14	14%	1,4
7.1 Apresenta a estrutura de cargos, informando o número de cargos efetivos e comissionados, preenchidos e vagos?		Art. 48, § 1º, II, da LC 101/00, arts. 3º, I, II, III, IV e V e art. 8º, caput, § 1º, II e III da Lei nº 12.527/2011, c/c arts. 37, caput (princípios da publicidade e da moralidade) e 39, § 6º da CF/88. Art. 7º, §3º, VI, do Decreto 7.724/2012 e Decisão STF RE com Agravo ARE 652777 (folha de pagamento).	SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
7.2 Divulga quadro remuneratório dos cargos efetivos, comissionados e eletivos, composto por todos os vencimentos básicos e/ou subsídios?			SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
7.3 Divulga folha de pagamento contendo servidores efetivos, ativos, detentores de cargos comissionados e funções de confiança, contratados e, quando for o caso, dos inativos, com indicação das datas de admissão, inativação e exoneração, com a denominação dos respectivos cargos, empregos e/ou funções, da carga horária semanal e da lotação? Obs.: É vedada a divulgação de descontos pessoais como empréstimos, pensões alimentícias e nomenclaturas similares quando da disponibilização da remuneração dos servidores (folha de pagamento).			SIM		10	10%	1	10	10%	1
TRANSPARÊNCIA PASSIVA										
8. SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO/PESSOA JURÍDICA - SIC					8	8%	0,8	8	8%	0,8
8.1 Funcionamento de SIC físico/presencial?		Art. 9º, I, da Lei 12.527/11 c/c os arts. 9º e 10 do Decreto n. 7.724/2012	SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.2 Há indicação do órgão?			SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.3 Há indicação de endereço?			SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
8.4 Há indicação de telefone?			SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
8.5 Há indicação dos horários de funcionamento?			SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
9. SERVIÇO ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO/PESSOA JURÍDICA e-SIC					10	10%	1	3	3%	0,3
9.1 Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?		Art.10º, §2º, da Lei 12.527/11 c/c com o arts. 9º, III, e 10, §2º e 11 do Decreto 7.724/2012	NÃO	Não é possível recuperar senhar com o CNPJ do Tribunal.	2	2%	0,2	0	0%	0
9.2 Apresenta possibilidade de acompanhamento posterior da solicitação?		Art. 9º, I, alínea "b" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011.	NÃO	Não é possível recuperar senhar com o CNPJ do Tribunal.	2	2%	0,2	0	0%	0
9.3 A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioria etc?		Art.10º, §1º, da Lei 12.527/11.	NÃO	Não é possível recuperar senhar com o CNPJ do Tribunal.	2	2%	0,2	0	0%	0
9.4 Proporciona a notificação via e-mail e/ou outro canal acerca da tramitação e da resposta à solicitação?		Art. 9º, I, alínea "b" e "c" e Art. 10º, § 2º da Lei 12.527/2011.	NÃO	Não é possível recuperar senhar com o CNPJ do Tribunal.	1	1%	0,1	0	0%	0
9.5 Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?		Art. 30, III, da Lei 12.527/11.	SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
9.6 O Ente/Poder/Órgão dispõe de ouvidoria?			SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA										
BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA					7	7%	0,7	7	7%	0,7
10. Há resposta a perguntas frequentes?		Art. 8º, §1º, VI, da Lei nº 12.527/2011.	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
11. Há mecanismo no site que garanta expressamente a segurança do sitio oficial (https)?		Art. 8º da Lei nº 12.527/2011.	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
12. Há informação sobre a data e a hora da última atualização de dados, a fim de atestar a atualização em tempo real das informações no site?		Art. 48, II, da Lei 101/00 c/c Art. 8º, §3º, VI, da Lei nº 12.527/2011.	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
13. Há informação sobre a quitação da folha de pagamento mensal, a partir do exercício financeiro de 2018, com dados referentes a unidade gestora, data e valores líquidos (conforme modelo indicado na Orientação Técnica).		Princípio da transparência	SIM		2	2%	0,2	2	2%	0,2
14. Permite a acessibilidade de conteúdo para pessoas portadoras de necessidades especiais tais como aumento da fonte e contraste?		Art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011.	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
15. Existe plataforma de acesso ao diário oficial do Ente (município ou Estado) ou diário eletrônico do Poder/Órgão?		Princípio da transparência	SIM		1	1%	0,1	1	1%	0,1
TOTAL					100	100%	10	86	86%	8,6
*Observação: No caso de critérios com mais de um item, somente será pontuado se todos os itens estiverem disponibilizados no portal da Transparência da unidade.										
Equipe de avaliação		Ademar Ribeiro Oliveira Filho, Aline dos Santos Lima, Edenildes Santana Silva e Vanessa Reis Seixas Resende								
Coordenador de Auditoria Operacional		Gidel Matos Braz								
Diretora de Controle Externo de Obras e Serviços		Ana Stella Barreto Rollemberg Porto								